

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU À VICE-PRESIDENTE INDIGITADA**Dubravka ŠUICA****Democracia e Demografia****1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para exercer as funções de Comissária e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspetiva de género e integrar esta última em todas as áreas políticas da sua pasta? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu, e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas quanto ao desempenho das suas funções na Comissão?

Há quase três décadas que estou ativamente envolvida na vida política, na definição de políticas públicas e em funções governativas a nível local e regional, e que desempenho vários cargos administrativos e políticos.

Há mais de uma década que acompanho, promovo e participo ativamente no processo de integração da Croácia na UE. Durante este processo, tive a honra de desempenhar vários cargos e de contribuir para a preparação da adesão da Croácia à UE, nomeadamente como vice-presidente da Comissão para a Integração Europeia do Parlamento da Croácia.

Num mandato de quatro anos como presidente da Comissão da Família, Juventude e Desporto do Parlamento da Croácia, tive a oportunidade de acompanhar e pôr em prática políticas nacionais para as questões familiares, da qualidade de vida dos jovens, da proteção das crianças e dos jovens contra todas as formas de dependência, e para a promoção do desporto e a renovação demográfica.

Ao longo da minha carreira, fui sempre orientada por valores democráticos, que, mais tarde, vieram a tornar-se parte dos meus interesses políticos e das minhas responsabilidades profissionais.

Desempenhei funções governativas aos níveis local, regional, nacional e europeu, e fui, durante dez anos, vice-presidente do Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa, cujos principais pilares são a democracia, o estado de direito e os direitos humanos. Por conseguinte, sinto-me capaz de desempenhar o papel que me foi atribuído na carta de missão para a pasta da Democracia e Demografia.

Acredito firmemente que é essencial uma estreita cooperação no âmbito do Colégio de Comissários para garantir a coerência, a qualidade e a eficácia das várias políticas. Comprometo-me a observar escrupulosamente o princípio da colegialidade, caso se confirme a minha nomeação.

Tenciono ajudar a Presidente e os meus colegas a cumprir as prioridades da União Europeia.

Se a minha nomeação para o cargo de vice-presidente for confirmada, respeitarei inteiramente a letra e o espírito do Tratado, em especial a obrigação de agir no interesse europeu, e sem receber quaisquer instruções. Irei igualmente honrar o Código de Conduta dos membros da Comissão Europeia e as suas disposições relativas a conflitos de interesse. A minha declaração de interesses está completa e acessível ao público e comprometo-me a atualizá-la caso seja necessária alguma alteração.

De acordo com as orientações políticas da Presidente eleita, Ursula von der Leyen, tenciono aplicar o princípio da igualdade de género no meu gabinete, bem como em todas as áreas da minha responsabilidade.

Enquanto deputada ao Parlamento Europeu desde 2013 e vice-presidente do grupo de trabalho «Mulheres do PPE», tenho constantemente defendido a igualdade de género em todas as políticas europeias e no âmbito dos processos de tomada de decisão europeus. Fiz também parte da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros (FEMM), na qual me empenhei ativamente no sentido de melhorar a legislação relativa à igualdade entre mulheres e homens. No meu novo papel, promoverei a participação integral das mulheres nos processos democráticos. Ao abordar os desafios demográficos da Europa, concentrar-me-ei nos aspetos que afetam particularmente as mulheres, sobretudo no desenvolvimento integral do potencial das competências das raparigas.

Enquanto membro de longa data do Parlamento Europeu, para o qual fui eleita por três mandatos consecutivos, cumpro todas as minhas obrigações para com as instituições, nomeadamente a apresentação e atualização de todas as declarações de interesses financeiros, como exigido. Sempre respeitei integralmente a letra e o espírito dos Tratados da UE e a obrigação de agir no interesse europeu.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

De que modo avaliaria o seu papel enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigada a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços? Que compromissos específicos está disposta a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de tomada em consideração efetiva das posições e pedidos ao Parlamento em matéria de iniciativa legislativa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposta a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Papel e cooperação com o Parlamento Europeu e as suas comissões

Se a minha nomeação como vice-presidente para a Democracia e a Demografia for confirmada, comprometo-me a assumir total responsabilidade política pelas atividades na minha área de competência, tal como foram definidas na carta de missão que me foi enviada em 10 de julho. Irei desempenhar os meus deveres como membro do Colégio sem prejuízo do princípio de colegialidade, e irei colaborar totalmente com outros membros do Colégio. Como ficou definido na carta de missão da Presidente eleita, enquanto membros do Colégio iremos tomar decisões de uma forma coletiva e assumiremos a responsabilidade pelos consensos a que chegarmos.

A cooperação com o Parlamento Europeu reveste-se da máxima importância para mim. Enquanto membro de longa data do Parlamento Europeu, para o qual fui eleita por três mandatos consecutivos, sempre defendi uma cooperação estreita entre todas as instituições europeias, numa perspetiva consentânea com as orientações políticas da Presidente eleita von der Leyen. O nosso objetivo é reforçar a parceria entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu, e irei participar de forma ativa e integral nesse processo, na qualidade de vice-presidente da Comissão.

Comprometo-me totalmente a trabalhar com o Parlamento Europeu no processo de formulação de políticas e no diálogo político, cooperando em todas as fases, desde a conceção ao debate de resoluções, particularmente através da minha disponibilidade para participar em todos os debates no plenário, reuniões de comissão e discussões tripartidas pertinentes. O diálogo permanente entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu é uma questão prioritária para o futuro Colégio, tal como está definido nas orientações políticas da Presidente eleita von der Leyen. Por conseguinte, irei informar e incluir as comissões parlamentares em todos os grandes acontecimentos no âmbito da minha área de responsabilidades, reconhecendo a importância da igualdade de tratamento do Parlamento e do Conselho. Se for eleita vice-presidente da Comissão Europeia, comprometo-me a ter uma relação com base na abertura, na transparência, na confiança mútua, no intercâmbio de informação e na prestação de contas com regularidade ao Parlamento Europeu.

Assumo plenamente o compromisso de manter um fluxo regular de informação com os presidentes de todas as comissões parlamentares pertinentes e de garantir a minha disponibilidade para reuniões bilaterais. Reconhecendo a importância das perguntas dos deputados à Comissão, irei assegurar-me de que as perguntas no âmbito das minhas responsabilidades têm respostas rápidas e precisas.

Transparência

Enquanto deputada ao Parlamento Europeu, sempre pedi total transparência da Comissão Europeia relativamente ao Parlamento, que representa a voz dos cidadãos europeus. Para melhorar a transparência do processo de elaboração de políticas da UE e para restaurar a confiança dos cidadãos na União, vou garantir que os cidadãos são adequadamente informados sobre o papel da Comissão e sobre as consequências que as nossas políticas têm nas suas vidas. Acredito que uma boa cooperação interinstitucional contribui plenamente para a eficiência do nosso trabalho, e por isso a transparência é a nossa forma de concretizar melhores políticas.

Se a minha nomeação como vice-presidente for confirmada, irei respeitar integralmente as disposições do Acordo-Quadro de 2010 sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão, e o Acordo Interinstitucional sobre Legislar Melhor de 2016.

Tomada em consideração efetiva das posições e pedidos ao Parlamento em matéria de iniciativa legislativa

Se a minha nomeação como vice-presidente for confirmada, irei assumir plenamente o compromisso de aplicar as disposições do Tratado, do Acordo-Quadro e do Acordo Interinstitucional sobre Legislar Melhor no âmbito das minhas responsabilidades. A Presidente eleita von der Leyen apoia o direito de iniciativa do Parlamento Europeu e creio sinceramente que assim será dada mais força à voz das pessoas. Além disso, vou assegurar-me de que a Comissão dá seguimento, através de uma proposta legislativa, às resoluções do

Parlamento adotadas por uma maioria dos seus membros, com total respeito da proporcionalidade, da subsidiariedade e dos princípios de legislar melhor.

Para identificar as formas ideais de conceber políticas novas e melhores, assumo o compromisso de trabalhar em conjunto com o Parlamento Europeu em todas as fases do processo. Em conformidade com o Acordo-Quadro, a Comissão irá efetivamente dar seguimento às resoluções no prazo de três meses depois da sua adoção.

Transmissão de informações e documentos

Tendo em conta a importância já sublinhada de um fluxo bilateral de informações, da abertura, da transparência, da confiança mútua e da partilha de informações, reconheço sinceramente o significado da transmissão de informações e documentos. Para aprofundar a parceria entre o Parlamento Europeu e a Comissão, assumo o compromisso de aplicar totalmente as disposições relevantes do Acordo-Quadro e do Acordo Interinstitucional sobre Legislar Melhor e garantir, assim, a igualdade de tratamento nas minhas relações com o Parlamento Europeu e o Conselho.

Perguntas da Comissão dos Assuntos Constitucionais

Conferência sobre o Futuro da Europa

3. Que opinião tem sobre os principais objetivos, o âmbito, o conceito e a estrutura da Conferência sobre o Futuro da Europa prevista, bem como sobre a participação na mesma? Tendo em conta as numerosas visitas realizadas pelos comissários aos Estados-Membros e a sua participação em diálogos com os cidadãos no contexto do debate sobre o futuro da Europa nos dois últimos anos, qual é, na sua opinião, o valor acrescentado desta conferência? Como encara o papel do Parlamento Europeu e as modalidades de cooperação entre as instituições da União na conferência?

Mais de metade dos eleitores elegíveis votaram nas eleições europeias de maio de 2019. Este nível de participação sublinha o interesse crescente dos cidadãos pela democracia europeia. Devemos aproveitar este interesse acrescido e pedir aos homens e às mulheres de todas as idades na União que — em conjunto com as instituições europeias — deem a sua opinião sobre o futuro da União Europeia. Temos de ouvir as suas esperanças, preocupações e expectativas relativamente às suas realidades: as relacionadas com o clima, a economia, a evolução digital, a transformação global, as mudanças demográficas, etc. Devemos reforçar a ligação entre as expectativas dos cidadãos, por um lado, e as políticas e iniciativas levadas a cabo a nível da UE, por outro.

Para melhorar essa participação nas nossas democracias para além do voto em eleições, a Presidente eleita da Comissão propôs a organização de uma Conferência sobre o Futuro da Europa, que deverá ter início em 2020 e cujos trabalhos irão decorrer ao longo de dois anos. A ideia é simples: os europeus devem ter uma palavra a dizer sobre a forma como a União é gerida e sobre os resultados que produz.

Durante esses dois anos, a Comissão prosseguirá a sua valiosa experiência no envolvimento ativo com os cidadãos na União Europeia. Tal como todos os meus colegas, irei visitar cada Estado-Membro na primeira metade do mandato da Comissão, o que incluirá participar nos diálogos com os cidadãos. Vamos também aproveitar o trabalho dos quase 1800 diálogos com os cidadãos, que tiveram lugar no atual mandato da Comissão e que atraíram 200 000

européus em 635 locais para falar sobre a União Europeia. Parte do meu trabalho será alargar a participação na conferência e nos debates sobre o futuro da Europa, a fim de os tornar o mais acessíveis possível. Desta forma se garante a participação mais ampla da sociedade, para apresentar ideias e moldar o resultado do debate. Irei procurar, em particular, formas de aumentar a participação em linha, nomeadamente entre os jovens.

Temos de trabalhar neste processo em conjunto. Acredito firmemente que a conferência constitui uma oportunidade para multiplicar e agregar esforços das instituições e dos organismos da União para dialogar com os cidadãos.

O primeiro passo para o êxito da conferência consiste em chegar a acordo sobre a definição clara de um âmbito de intervenção e de um conjunto de objetivos. Este trabalho deve começar imediatamente. Caso seja confirmada a minha nomeação como vice-presidente da Demografia e Democracia, apresentarei as ideias da Comissão como base para o debate com o Parlamento Europeu e o Conselho sobre o conceito, a estrutura, o calendário e o âmbito da Conferência. Estou convencida de que, com a participação ativa e pioneira do Parlamento Europeu e dos seus deputados na Conferência, podemos assegurar a ligação vital entre os cidadãos e os seus representantes. Eventos organizados em conjunto com o Conselho e os Estados-Membros irão contribuir para aproximar mais ainda a Europa dos seus cidadãos.guardo com expectativa a oportunidade de dialogar com o Parlamento e o Conselho em debates proveitosos sobre um conceito, de modo a podermos lançar efetivamente a conferência.

Uma parte do âmbito da conferência será o trabalho no sentido de melhorar o sistema dos candidatos cabeças-de-lista, e o debate sobre a ideia de listas transnacionais. Trata-se de uma vertente de trabalho distinta das restantes atividades e ciclos temporais, para a qual a Conferência deverá apresentar as suas propostas até ao verão de 2020, o mais tardar. Este processo será conduzido pelo Parlamento e pelo Conselho, em estreita cooperação com a vice-presidente indigitada dos Valores e Transparência, que irá garantir que a Comissão será um mediador honesto nestes debates. A Comissão vai comprometer-se a acompanhar as recomendações da conferência sobre estas questões, atuando nos casos em que tenha competência para isso, e apoiando o Parlamento Europeu no sentido de alterar a lei eleitoral e garantir o seu acordo no Conselho.

4. Como resultado da conferência, considera que a Comissão deve estar preparada para apresentar propostas concretas destinadas a alterar o funcionamento da União, nomeadamente através da revisão dos Tratados, em conformidade com o artigo 48.º do TUE? Que domínios considera prioritários para o debate na conferência, na perspetiva da eventual apresentação dessas propostas?

Considero que a Conferência sobre o Futuro da Europa deve promover diálogos entre as instituições e os políticos da União e os cidadãos e a sociedade civil da Europa, tendo em vista, acima de tudo, ouvir o que têm para dizer. No entanto, a conferência deverá igualmente conduzir a um resultado concreto, sob a forma de um compromisso claro por parte das instituições para com os cidadãos da Europa. Esse seria um sinal de que a democracia europeia é um processo constante, que deve prosperar não só em períodos eleitorais, mas também entre eleições.

Quanto a temas e tópicos que devem ser debatidos: creio que precisamos de um espírito aberto e de ouvir as opiniões expressas pelos europeus e pelas instituições que os servem.

Retomando a minha resposta à pergunta 3), creio que é essencial obter uma gama diversificada de pontos de vista oriundos de toda a Europa e de diferentes partes da nossa sociedade. Por isso é que me irei concentrar especialmente em garantir a participação do maior número possível de pessoas na conferência. Do meu ponto de vista, será igualmente importante reunir as duas partes da minha pasta. A questão das alterações demográficas é uma questão que afeta muitas comunidades por toda a nossa União. Creio que se trata de um tema que deve ter um lugar de destaque nos nossos debates no âmbito da conferência sobre o futuro da Europa.

Em termos de acompanhamento, a forma deve servir a função: devemos, em primeiro lugar, chegar a acordo sobre os nossos objetivos e ambições e, em seguida, decidir quais as melhores medidas para os concretizar. Sem prejuízo do resultado da conferência e das prerrogativas institucionais, a Presidente eleita von der Leyen afirmou que estará disposta a dar seguimento ao que for acordado na conferência, nomeadamente através de medidas legislativas, se adequado. Esta ação legislativa pode, de facto, integrar-se no nosso programa de trabalho comum na segunda metade do nosso mandato. Nas suas orientações políticas, a Presidente eleita indicou que está aberta à alteração do Tratado, mas devemos primeiro aproveitar todo o potencial estabelecido nos Tratados.

Direitos e consultas dos cidadãos

5. Que iniciativas tenciona tomar para que os cidadãos da UE possam exercer, de forma plena e harmonizada, os direitos decorrentes da cidadania da UE, especialmente tendo em conta a intenção do Reino Unido de sair da União? Considera necessária uma extensão dos direitos de cidadania enumerados no artigo 20.º, n.º 2, do TFUE através do procedimento previsto no artigo 25.º do TFUE? Em caso afirmativo, que iniciativas pondera tomar?

Pôr o cidadão em primeiro lugar é essencial para a minha pasta, uma vez que é fundamental para melhorar a democracia e lidar com as oportunidades e os desafios relacionados com as alterações demográficas. Permitir aos cidadãos da União o pleno exercício dos seus direitos derivados da cidadania da UE é um elemento importante neste contexto. A minha colega indigitada para os Valores e a Transparência tratará mais especificamente desta questão.

A este respeito, como o Tribunal de Justiça declarou, a cidadania da UE deve ser o estatuto fundamental dos nacionais dos Estados-Membros. Tal como o Parlamento também sublinhou, considero que é fundamental sensibilizar os cidadãos para os seus direitos de cidadania da UE e apoiar o seu exercício destes direitos, nomeadamente aumentando a segurança jurídica.

O próximo relatório sobre a cidadania, a publicar em 2020, constituirá uma boa oportunidade para considerar a necessidade de orientações atualizadas relativamente aos direitos de livre circulação, tendo em conta a jurisprudência do Tribunal de Justiça. Além disso, a aplicação e a garantia da correta aplicação do acervo, nomeadamente através do diálogo com os Estados-Membros, terá uma importância fundamental, tal como o reforço do apoio aos cidadãos no exercício dos seus direitos. O relatório sobre a cidadania proporcionará também uma boa oportunidade para abordar a questão do eventual alargamento dos direitos de cidadania da UE através do procedimento previsto no artigo 25.º do TFUE.

Quanto à questão específica de como os direitos dos cidadãos da UE e do Reino Unido podem ser mantidos após a saída do Reino Unido, considero que o acordo de saída é a melhor solução para preservar esses direitos. Em caso de ausência de acordo, a atual Comissão apelou aos Estados-Membros para que adotem uma abordagem generosa relativamente aos direitos dos cidadãos do Reino Unido que já residem no seu território. Os Estados-Membros da UE-27 prepararam medidas de emergência nacionais para garantir que os nacionais do Reino Unido e os seus familiares não pertencentes à UE possam continuar a ser residentes legais no período imediato após uma saída sem acordo. A Comissão colaborou com todos os Estados-Membros da UE-27 com vista a assegurar a coerência da abordagem geral, embora reconhecendo a necessidade de flexibilidade a nível nacional. A Comissão apresentou também uma panorâmica de todas as medidas de contingência nacionais em matéria de direitos de residência nas suas páginas Web sobre a Preparação para o Brexit.

6. Como encara a participação dos cidadãos e da sociedade civil na Conferência sobre o Futuro da Europa? Como tenciona integrar os contributos dos cidadãos nas conclusões da conferência? No seu entender, de que forma poderão os resultados dos diálogos com os cidadãos que tiveram lugar nos Estados-Membros contribuir para o trabalho da conferência? Neste contexto, o que pensa sobre a proposta dos presidentes do Comité das Regiões e do Comité Económico e Social Europeu para criar um grupo de trabalho interinstitucional para analisar as propostas relativas a um mecanismo permanente de diálogo com os cidadãos e de consulta dos cidadãos, eventualmente a ser enquadrado no âmbito dos ciclos de programação anuais? Que sugestões concretas faria relativamente aos objetivos específicos e às modalidades de funcionamento deste mecanismo? Na sua opinião, como poderá uma tal proposta ser analisada no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa?

Um princípio global é que o debate sobre o futuro da Europa tem de se basear na realidade dos cidadãos comuns. É por esta razão que considero que a conferência deve promover diálogos entre os cidadãos europeus e a sociedade civil, as instituições da União e os políticos sobre temas gerais relacionados com a nossa agenda política. Vamos acima de tudo ouvir e recolher os seus pontos de vista, que contribuirão para a definição das nossas futuras políticas.

Nos últimos anos, as instituições da UE e os Estados-Membros adquiriram experiência relativamente ao envolvimento ativo dos cidadãos na União Europeia. Só a Comissão participou em quase 1800 diálogos com os cidadãos, reunindo mais de 200 000 participantes em 635 locais por toda a União Europeia. Além disso, a Comissão está a proceder a amplas consultas antes de emitir propostas legislativas, no contexto do ciclo de elaboração de políticas, o que levou a OCDE, no seu «Regulatory Policy Outlook 2018» (Perspetivas da OCDE sobre a política de regulamentação para 2018), a atribuir dar o primeiro lugar à Comissão em matéria de participação das partes interessadas.

A conferência deverá dar o passo seguinte no sentido de conceder voz aos cidadãos sobre o futuro da Europa. Estou plenamente consciente de que a credibilidade do exercício dependerá da transparência e de um seguimento adequado, e vou analisar as possíveis formas de os garantir. A este respeito, estou ciente da proposta do Comité das Regiões e pelo Comité Económico e Social Europeu para um mecanismo permanente de diálogo e consulta com os cidadãos, e estou pronta e determinada a avaliar os métodos mais eficazes para assegurar esse envolvimento permanente. A Conferência sobre o Futuro da Europa é um passo importante neste sentido.

Subsidiariedade e parlamentos nacionais

7. Enquanto comissária responsável por garantir que as propostas legislativas respeitem os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, que seguimento deve ser dado às propostas apoiadas pelo Parlamento Europeu para reforçar o diálogo político com os parlamentos nacionais e ter em consideração os seus contributos, nomeadamente as propostas relativas a:

- modalidades práticas para proceder a uma extensão técnica do prazo de oito semanas fixado para a apresentação pelos parlamentos nacionais de objeções por motivos de subsidiariedade;

- sugestões para promover um papel mais proativo e positivo dos parlamentos nacionais enquanto fonte de propostas (também conhecido como mecanismo «cartão verde»)?

Concorda com a criação de uma semana europeia anual em que deputados dos parlamentos nacionais debateriam simultaneamente os assuntos europeus com os comissários e os deputados ao Parlamento Europeu?

Melhorar a participação na nossa democracia europeia é um ponto central da minha pasta. Isto implica também, na minha opinião, facilitar a participação no processo de decisão europeu dos parlamentos nacionais, que são uma fonte de legitimidade democrática. Tal como o Parlamento Europeu, compreendo a necessidade e o potencial de reforçar o nosso diálogo com os parlamentos nacionais e de melhorar a aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade na legislação da UE. O meu colega vice-presidente indigitado das Relações Interinstitucionais e Prospetiva tratará desta tarefa de uma forma mais específica.

Considero que o Grupo de Trabalho Subsidiariedade, Proporcionalidade e «Fazer menos com maior Eficiência» realizou um trabalho de base importante neste domínio. Em resposta às suas recomendações, a Comissão, na sua comunicação «Os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade: reforçar o seu papel no processo de elaboração de políticas da UE», de outubro de 2018, assumiu vários compromissos que está agora a aplicar, e que apoio plenamente. Nomeadamente, a Comissão irá pela primeira vez, a partir de dezembro deste ano, descontar o período do Natal e do Ano Novo do cálculo do prazo de oito semanas para o controlo da subsidiariedade das propostas da Comissão pelos parlamentos nacionais. Esta alteração do calendário visa permitir aos parlamentos nacionais ter tempo suficiente para a sua avaliação. Além disso, a Comissão aumentará consideravelmente a visibilidade dos contributos dos parlamentos nacionais para a legislação da UE, dando respostas agregadas se um número significativo deles manifestar preocupações em matéria de subsidiariedade, sem atingir o limiar do «cartão amarelo» estabelecido pelos Tratados. Estas «respostas agregadas» visam dar aos parlamentos nacionais e aos legisladores europeus, num documento público único, uma panorâmica completa de todas as preocupações suscitadas relativamente à subsidiariedade e da posição da Comissão sobre as mesmas. Além disso, o compromisso da Comissão de facilitar o contributo dos parlamentos nacionais e de melhorar a avaliação da subsidiariedade ao avaliar legislação existente e ao preparar novas propostas legislativas já está a ser aplicado no âmbito do acompanhamento do balanço da aplicação do princípio «legislar melhor». Contudo, gostaria de salientar que a Comissão não é o único interveniente

no que se refere à melhoria da aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Esta questão diz também respeito ao Parlamento Europeu e ao Conselho.

No que diz respeito ao chamado mecanismo de «cartão verde», penso que, pelo menos a curto prazo, não devemos procurar criar um novo mecanismo complexo e formal que implique uma alteração do Tratado. Em vez disso, devemos incentivar os parlamentos nacionais a utilizarem as opções já à sua disposição. Como parte de um diálogo político bem estabelecido, podem expressar os seus pontos de vista sobre o programa de trabalho anual da Comissão e podem, em qualquer momento, solicitar à Comissão propostas legislativas ou outras iniciativas. Aliás, as iniciativas dos parlamentos nacionais em matéria de desperdício alimentar em 2015 e sobre a responsabilidade social das empresas em 2016 foram claramente refletidas na legislação adotada. Por último, um ponto também importante: sou a favor de reforçar o intercâmbio direto com os parlamentos nacionais e apoio firmemente a iniciativa da Presidente eleita de realizar com regularidade visitas dos membros da Comissão aos parlamentos nacionais e debates com deputados dos parlamentos nacionais sobre as questões europeias.

Apoiarei também a criação de uma semana europeia anual, em que os membros dos deputados nacionais e europeus e os membros da Comissão debaterão em conjunto questões europeias relevantes. Penso que temos um bom exemplo disso na Semana Parlamentar Europeia no contexto do controlo das políticas económicas e orçamentais, que dá uma perspetiva parlamentar ao processo do Semestre Europeu. Podemos considerar a possibilidade de alargar esta prática a outros domínios de intervenção. Eventos destes contribuem para assegurar a responsabilização democrática, sem prejuízo das competências dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, e contribuem para o desenvolvimento de uma esfera pública europeia.

O trabalho sobre todos estes elementos será liderado pelo meu colega indigitado para as Relações Interinstitucionais e Prospetiva. Estou plenamente determinada a trabalhar em estreita colaboração com ele sobre estas questões, nomeadamente no contexto da Conferência sobre o Futuro da Europa, para a qual serão essenciais o diálogo político com os parlamentos nacionais e os seus contributos.